



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB/UnB
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS

Vanuza Ferreira de Araujo

ARTE COMO INSTRUMENTO FUNCIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS
MÚLTIPLAS

Arinos – MG

2014

Vanuza Ferreira de Araujo

**ARTE COMO INSTRUMENTO FUNCIONAL PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade de Brasília como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do Curso de Licenciatura em Artes Visuais.

Prof^ª. Orientadora: Ms. Marisa A. Cordeiro

Tutora: Rafaela Silva de Sousa

Arinos – MG

2014



UNIVERSIDADE DE BRASILIA - UnB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB/UnB
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS

Vanuza Ferreira de Araujo

Título do Trabalho

Trabalho de conclusão de curso aprovado em ____ de _____ de ____ para
obtenção da graduação em Artes Visuais.

Banca Examinadora:

Prof. (Orientador)

Prof. (Professor convidado)

Prof. (Professor convidado)

Dedico este trabalho aos meus pais, esposo, filho e meus alunos que me impulsionaram para que pudesse estar cursando essa faculdade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Senhor, por ter me concedido forças para trilhar mais este caminho e chegar até aqui, mostrando-me o melhor, me acolhendo em seus braços quando mais ninguém estava por perto.

À minha família, por tudo! Por terem me apoiado quando eu mais precisei por me ensinarem o certo, terem caminhado de mãos dadas às minhas, e ao mesmo tempo terem me deixado seguir, graças aos ensinamentos de vocês sou quem sou, uma pessoa cheia de valores.

Aos colegas de trabalho que me acolheram e se dispuseram a me ajudar e a minha orientadora pela paciência para comigo. A todos vocês, a minha eterna gratidão.

“Em Deus tenho posto a minha
confiança; não temerei o que me possa
fazer o homem”.

Salmos - 56:11

RESUMO

Este trabalho busca apresentar a importância das artes visuais no processo de formação da pessoa com deficiência numa perspectiva inclusiva. No entanto, para a realização deste foi feita uma revisão de literatura com pesquisas em livros, sites, artigos, revistas e observações diretas como prática. O objetivo geral foi discriminar os benefícios que as aulas de Artes Visuais podem exercer sobre desenvolvimento das Pessoas com Deficiências Múltiplas. Essa pesquisa justifica-se devido escassez de materiais que subsidiasse o professor com estratégias para ensinar esse público. Constatou-se que há poucas literaturas e quase não há registros de experiências sobre o assunto, no entanto, todo o trabalho dispensado às pessoas com deficiências, deverá ser nos moldes das demais não deficientes.

Palavras chave: Deficiência múltipla; Inclusão; Artes Visuais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 DESENVOLVIMENTO	11
2.1 Revisão de literatura.....	11
2.1.1 Deficiência múltipla e seus aspectos históricos.....	11
2.1.2 A educação Especial e educação regular comum.....	13
2.1.3 Deficiência múltipla e inclusão.....	15
2.1.4 As Artes Visuais a serviço da educação.....	19
2.1.5. Adaptação curricular.....	23
2.2 Metodologia.....	26
2.3 Análise dos fatos.....	28
3. CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
APÊNDICE	34

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir de referências bibliográficas conceituadas e observações realizadas durante o atendimento de alunos com deficiências múltiplas na Escola Especial Raio de Luz – APAE de Arinos Minas Gerais. Considerando que o objetivo geral dessa pesquisa é discriminar os benefícios que as aulas de Artes Visuais podem exercer sobre desenvolvimento das Pessoas com Deficiências Múltiplas no processo inclusivo, questiona-se: As Artes Visuais podem contribuir para a educação funcional no desenvolvimento das Pessoas com Deficiências Múltiplas no processo inclusivo?

Partindo do princípio de que a Arte tem uma função tão importante quanto à dos outros conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem, o ensino desta poderá ser um instrumento funcional na educação e no processo de formação da pessoa com deficiência múltipla. Ela está relacionada com as demais áreas segundo a proposta geral dos Parâmetros curriculares Nacionais. Portanto, qualquer construção em qualquer das categorias dessa linguagem pressupõe conhecimentos que propicia o desenvolvimento do pensamento, sensibilidade, percepção, imaginação entre outras habilidades. Assim, “O ensino da Arte, e nele, das Artes Visuais, contribui de modo relevante nessa formação ao assegurar o espaço sistematizado de construção do conhecimento.” (BRASIL, 2002, p.17). O trabalho em artes de uma forma geral busca valorizar a liberdade de expressão dentro da adversidade cultural.

Os critérios adotados pelo corpo docente de Artes Visuais objetivando a educação funcional iniciam quando se propõe um trabalho que respeite as diferenças individuais. A Arte está presente no cotidiano do ser humano desde a infância, é usada como reforço para aprendizagem de diversos conteúdos, para a fixação e memorização de letras e números além de ser um ótimo exercício de coordenação motora como ressalta no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. O aluno é estimulado a criar a partir do conhecimento do próprio corpo (esquema corporal) e a valorização do mesmo, pintando as partes, deixa-o livre para fazer riscos espontâneos, apresenta formas diversas, desenhos para conceituar, contornar, colorir, fazer colagem, fazer seriação de objetos, na organização de um mural, participação na ornamentação de espaços teatrais, visita a lugares para apreciação de objetos e paisagens entre outras. Também quando apoia sua participação em eventos, auditórios e festivais de artes.

O interesse pelo tema surgiu diante da necessidade de buscar literatura que viesse de encontro às angústias de muitos professores que de repente depara em sua sala de aula com

alunos que apresenta deficiências complexas. Como é o caso das pessoas com Deficiência Múltipla. O trabalho tornou-se um pouco complexo, uma vez que não tem encontrado muitas literaturas e nem registro de experiências a respeito do assunto. Outro ponto bastante relevante é a respeito do conceito, pois ele trás muitas interpretações e definições. Será adotado o conceito de Deficiências Múltiplas: a deficiência física associada à intelectual.

As pessoas com deficiências enfrentam de um modo geral, muita dificuldade em vários aspectos da sua vida, valendo ressaltar o acesso educacional como um direito de todos, muitas vezes negado pela indiferença e descaso. Esse trabalho ressalta o fato de uma pessoa com deficiências múltiplas frequentar uma instituição escolar não ser o suficiente para comprovar a existência da inclusão, uma vez que é necessário verificar se o ensino oferecido é realmente funcional para eles e suas particularidades.

A atual proposta educacional é de que não haja discriminação entre alunos com necessidades especiais e os demais. Tanto o aluno a ser incluído como a escola que irá recebê-lo deve sofrer transformações comportamentais, estruturais e sociais. As deficiências demandam adaptações que podem ser de grande e pequeno porte, e que se denomina “significativas” devido à sua real importância para que a pessoa possa se sentir incluída.

As reflexões realizadas a cerca da inclusão foram motivadas pelo fato de muitas vezes essas pessoas com deficiência múltipla apresentarem uma história de segregação e de falta de oportunidade das quais vivenciaram ao longo de suas existências e também a escola especial muitas vezes foi considerada como um ambiente restritivo e segregador gerando exclusão. Este é um grande equívoco, pois, as escolas especiais têm realizado um trabalho muito importante para com as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, uma vez que a escola regular comum tem encontrado dificuldade para atender esse público.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Revisão de literatura

2.1.1 Deficiência múltipla e seus aspectos históricos.

O conceito de deficiência tem se desenvolvido ao longo da história, influenciado por culturas diversas. Segundo (BRASIL, 2004, p.07). “A deficiência como fenômeno humano individual e social é determinada em partes pelas representações socioculturais de cada comunidade, em diferentes gerações”. Suas raízes históricas foram cercadas de rejeição, discriminação e preconceitos. Nas reflexões de (CARVALHO, apud BRASIL, 2000, p.21), “As pessoas com deficiência viveram situações desde o extremo de consideradas divinas e superiores até situações de ameaça e consumação de morte.” Esse percurso durou séculos com grandes contradições e ambivalências em relação às atitudes e sentimentos frente à deficiência.

Historicamente, a educação de pessoas com deficiência nasceu de forma solitária, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa. Perpassaram por todos os períodos históricos até os dias atuais. Mesmo assim, quando se tratava das pessoas com deficiências mais complexas esses serviços educacionais, não se destinavam a todos. (CARVALHO, 2000, p. 30) Relata que: “As pessoas que apresentavam múltipla deficiência ou limitações mais graves estavam excluídas dos programas educacionais.”

Esta situação não foi diferente no Brasil e muitas vezes se mantém até os dias atuais em diversos lugares. Segundo (BRASIL, 2006, p. 10), o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, ambos no Rio de Janeiro. Conforme (CARVALHO, 2000) Nessa época, as pessoas com deficiências múltiplas e severas não eram explicitamente focalizadas em nenhuma delas, ou mesmo, mencionadas. A partir da Declaração dos Direitos Humanos (1948) esse assunto começou a tomar um novo rumo e também com o surgimento de novas leis que passou a assegurar o direito de todos à educação pública, gratuita. Essas idéias, reforçadas pelo movimento mundial de integração de pessoas com deficiência, defendiam oportunidades educacionais e sociais iguais para todos, contribuindo fortemente para a criação dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil.

Já em meados do século XX surgem as associações de pais de pessoas com deficiências física e mental na Europa e Estados Unidos. No Brasil, são criadas a Pestalozze e as APAES

Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais destinadas à implantação de programas de reabilitação e educação especial.(BRASIL, 2006, p.10). Mesmo depois de ter identificado tantos avanços, entretanto, não chegaram a beneficiar os de graves e múltiplas deficiências. Em relação à deficiência, a sociedade brasileira tornou-se mais receptiva e sofreu significativa influência acerca dos direitos humanos. Apenas em alguns estados mais desenvolvidos que já contavam com legislações locais e que recomendavam o atendimento educacional especializado. Mesmo assim não evoluiu no sentido de contemplar o alunado com deficiências múltiplas e severas com vistas no atendimento educacional sistemático. As instituições filantrópicas assumiu esse papel de forma assistencialista que consistia muito mais em cuidados pessoais do que em atendimento educacional propriamente dito. Até mesmo na visão dos professores, não havia muito que fazer com os alunos, frente às limitações que suas deficiências lhes impunham. (CARVALHO, 2000)

Um novo capítulo da História inicia-se com a promulgação da constituição federal que traz como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos e discriminação de quaisquer forma em seu artigo (3º, inciso IV). Também define o artigo 205, como a educação um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa e ainda o dever do estado de garantir a oferta do atendimento educacional especializado. (art.2008). (BRASIL, 2010, p.11). Pode ser observado na integra como se segue:

promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (MEC/SEESP, 2007).

Outra lei que não poderá deixar de abordar devido à sua importância é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA- Lei nº 8,242 / 1990, especificamente em seu Art. 55. onde reforça que os pais devem matricular seus filhos na rede regular de ensino. (BRASIL, 2010, p.11). Também nessa mesma década, o movimento da escola inclusiva ganhou força após a Declaração de Salamanca (1994) que preconiza a escola para todos, sem discriminação, em ambiente integrado. Em seguida a reforma da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Bases Nacional - LDBEN nº 9394/1996, além de dedicar um capítulo para Educação Especial, em seu art.59, preconiza organizações específica para atender as necessidades específicas das pessoas

com deficiências. Conforme (CARVALHO, apud BRASIL, 2000, p.21). Embora a análise dos autores seja restrita ao contexto histórico da deficiência mental e às influências sócio-políticas que marcaram sua concepção, verifica-se que se aplica às demais deficiências, uma vez que eram vistas como categorias “iguais”. Concordando com (CARVALHO, 2000, p. 32) percebe-se que houve um grande avanço no Brasil, apesar de focalizar a expansão das ofertas de atendimento, ainda há muito a se fazer, uma vez que, ainda está aquém da demanda, principalmente no interior do país”.

2.1.2 A Educação Especial e educação regular comum

A Educação Especial apresenta uma história carregada de muitas transformações em busca de respostas e adequações configuradas a partir de um processo de ressignificações e conceitos. A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e disponibiliza recursos, serviços, realiza atendimentos educacionais especializados. (MEC/SEESP, 2008, p.15). Segundo a Federação das APAES do Estado de Minas Gerais, essa modalidade surgiu para atender uma população excluída do processo educacional comum. O autor ressalta que, “Houve um tempo em que as escolas públicas só recebiam as crianças e jovens pertencentes às famílias que tinham boas condições financeiras e sociais, eram inteligentes, enfim, a crianças e os jovens “sem problemas”. (FEDERAÇÃO P. 25).” Ainda nas reflexões do mesmo, dentre as pessoas não aceitas, estavam as crianças que apresentavam fracasso na aprendizagem, os grupos sociais excluídos e as pessoas com deficiência intelectual e múltipla estes últimos, público prioritário das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Nesse sentido, o movimento das APAES na perspectiva de organização da educação escolar nacional a educação é organizada em dois níveis; a educação básica e a educação superior. A educação básica, de acordo com a legislação, é formada por três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

É importante salientar que nessa etapa há possibilidade de oferta de educação fundamental por meio da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferta de educação para pessoas que não tiveram oportunidade de estudo na idade prevista ou que interromperam seus estudos. A idade mínima para ingresso nessa modalidade de ensino é de 15 (quinze) anos completos, definidos nos pareceres CNE/CEB nº 6/2010; nº 29/2006 e na Resolução CNE/CEB nº 3/2010. (FEDERAÇÃO P. 24)

Atualmente a Educação Especial, definida no Brasil segundo uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa a concepção de atendimentos especializados, tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos. (BRASIL, 2006c). Conforme define a nova LDB, trata-se de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania. O autor ressalta que:

Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos. Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais. (BRASIL, 2006c P. 41)

Em consonância com a Lei de Diretrizes da Educação Nacional-LDB nº9394/96, inciso 2º “O atendimento educacional será feito em classes ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.” Assim como as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica no Art. 10 explicita que freqüentarão a Escola Especial: Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, e também, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em escolas especiais, assegurando as diretrizes curriculares nacionais da educação básica. Atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social. (BRASIL, 2001, p.54)

Nesse contexto a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, tem como centralidade atender as necessidades do aluno promovendo a aprendizagem através de suas vivências e conhecimentos já adquiridos. O estudo em questão se refere aos alunos jovens e aos adultos com deficiência múltipla, com idade acima de 15 anos, que estiverem iniciando ou dando continuidade à sua trajetória escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.

Esta modalidade de educação focaliza a dimensão cognitiva, a aprendizagem de valores e atitudes e a melhoria da qualidade de vida. Oportuniza o exercício da autogestão e autodefesa, além de capacitar o aluno no domínio dos instrumentos de letramento, o que permite melhor

compreensão do mundo em que se vive e melhor atuação (RIBEIRO, 1999 apud FEDERAÇÃO). Seja qual for o ambiente, deve haver articulação entre as habilidades conceituais e as habilidades sociais e práticas, contemplando-se assim a melhoria da qualidade de vida. Para isso, na visão de CARVALHO (2000) é muito importante que o jovem com deficiência múltipla seja incentivado nessa fase, e o primeiro ponto é aceitar as deficiências como uma realidade, sem exagerar seus efeitos ou negar sua existência; encorajar e reforçar a participação da pessoa na vida familiar e comunitária, ajudando o adolescente a vivenciar sentimentos de pertencer a esses grupos sociais de modo a sentir-se integrado; bem como a superação dos possíveis sentimentos de inferioridade e de autodesvalorização caso ocorra, criar situações de participação real e de obter sucesso em suas realizações; oferecer apoio moral, espiritual, material, físico, profissional e outros necessários; favorecer a aquisição e o desenvolvimento de habilidades adaptativas que melhorem o funcionamento da pessoa no seu ambiente físico e social; e ainda compreender e respeitar as fases evolutivas da pessoa com deficiência e seu ritmo próprio de desenvolvimento;

2.1.3. Deficiência múltipla e Inclusão

No Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, se encontra o conceito de deficiência em seu Art. 3º, onde se considera: “Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (SCHIRMER... [et al.]. apud BRASIL, 2007, p.22)

A deficiência múltipla é caracterizada como um conjunto de duas ou mais deficiências associadas, seja, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. (BRASIL, 2006, p. 11) o autor ressalta que “não é o somatório dessas alterações que caracterizam a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem” que define a necessidade educacional de cada um, pois, cada sujeito apresenta desempenho e capacidades diferentes.

Na realidade o conceito de deficiência múltipla torna-se um pouco difícil para detectar devido à insuficiência de literaturas sobre o assunto, a escassez de pesquisa, a falta de registro de experiências vivenciadas. Além do pouco material encontrado, ainda há a divergência conceitual de vários atores. Ou seja, “para alguns, é a ocorrência de apenas uma deficiência,

cuja gravidade acarreta conseqüências em outras áreas”. Veja o exemplo que se segue: “um bebê com deficiência no funcionamento da tireoide se não receber tratamento adequado, pode vir a ser afetado em diversas áreas do desenvolvimento: intelectual, psicomotora e de comunicação, entre outras”. Isso tem gerado uma grande dificuldade para os educadores. (CARVALHO, 2000, p. 47) Portanto, segundo o autor, “a questão principal não era tanto de incentivo ou de políticas educacionais, mas de credibilidade”. Pois, “achava-se que essas pessoas não tinham acesso ao saber, em face de suas múltiplas e severas limitações”.

As características específicas apresentadas pelas pessoas com deficiência múltipla lançam desafios à escola e aos profissionais que com elas trabalham no que diz respeito à elaboração de situações de aprendizagem a serem desenvolvidas para que sejam alcançados resultados positivos ao longo do processo de inclusão. Esses alunos podem apresentar alterações significativas no processo de desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social. Eles possuem também potencialidades, possibilidades funcionais e necessidades concretas que necessitam ser compreendidas e consideradas. Algumas vezes, têm interesses inusitados, diferentes níveis de motivação, formas incomuns de agir, comunicar e expressar suas necessidades, desejos e sentimentos. Por esses e outros motivos, é que na visão de (BRASIL, 2006a). “Devem ser olhadas não como defeito, incompletude ou incapacidade, mas como pessoas com possibilidades e dificuldades que podem ser superadas ou minimizadas,” enquanto cidadão de direitos como qualquer outro. Pois, “essa forma diferente de ser e agir é que as torna ser único, singular.” Na escola, trabalhar com crianças que apresentam dificuldades acentuadas no processo de desenvolvimento e aprendizagem é um grande desafio, para todos que trabalham com educação, mas também é uma grande possibilidade de aprendizagem com o qual se tem a oportunidades aprender e crescer como pessoas e profissionais, buscando compreender e ajudar o outro.

Em se tratando de crianças com deficiência física associada a outra(s) deficiência(s) o atendimento educacional deve ser orientado pela competência e habilidades da criança considerando também suas necessidades especiais. Assim, a ênfase da intervenção recai sobre aquilo que o aluno pode realizar de forma funcional. (CARVALHO, 2000) Em alguns casos, entretanto, a lesão do sistema motor pode afetar o cérebro de maneira mais abrangente e dar origem à deficiência mental. Assim uma avaliação se torna mais complexa, uma vez que nem sempre ele responde aos testes convencionais por não poder falar ou coordenar seus movimentos adequadamente. A maioria das situações de crianças com deficiência mental e física no ambiente escolar decorre de paralisia cerebral adquirida nos períodos pré ou pós-

natais. Muitas vezes requerem intervenção da área de saúde, além dos programas educacionais. Nesses casos os educandos necessitam de muita atenção por parte do professor quanto a cuidados que pode requerer em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, além de orientação de profissionais competentes das áreas de saúde.

No aspecto educacional, o educando deve desenvolver um programa compatível com sua capacidade acadêmica e receber adaptações de acesso ao currículo (cadeiras e carteiras adaptadas, órteses, próteses, equipamentos especiais, rampas, auxiliares técnicos, sistemas aumentativos e alternativos de comunicação, etc.) (CARVALHO, 2000)

Sendo o objeto desse trabalho, jovens adolescentes com deficiência múltipla por se tratar do EJA-Educação de Jovens e Adultos, estes, estão “sujeitos a experimentar as mesmas manifestações físicas e conflitos psicossociais dos demais jovens de sua idade, podendo estar agravados pelas particularidades de suas deficiências.” (CARVALHO, 2000) O autor ressalta que as capacidades e limitações desses jovens são influenciadas por muitos fatores individuais e sociais, como as condições físicas, mentais, afetivo-emocionais e de saúde, para isso, neste processo é de suma importância o apoio familiar e social; entre outros. A área da socialização é uma das mais comprometidas porque dependem de suas condições de desenvolvimento, aprendizagem e relacionamento com o mundo. Nesse sentido, é evidente a importância de que os aspectos relacionados ao autoconceito e à autoestima, estejam elevados e seguros uma vez que no caso de ocorrer o contrário, as dificuldades dos educando em realizar as tarefas escolares, em participar e comunicar com os colegas e professores se torna mais difícil. Por isso é muito importante observar se na escola a educação dos alunos está de acordo com suas potencialidades e se há respeito às limitações impostas pelas deficiências. Contudo, a equipe precisa considerar a melhor forma de adequar o currículo e organizar os materiais, equipamentos e procedimentos educacionais para atendê-lo, além de se organizar para realizar as adaptações em todos os âmbitos necessários de modo a facilitar o desenvolvimento do aluno, sua comunicação e o acesso aos espaços, materiais para atingir seus objetivos no sentido de usufruir todos os seus direitos garantidos e resguardados pela política nacional de educação. Portanto, as expectativas otimistas e as atitudes positivas dos professores e familiares favorecem de forma benéfica nas suas realizações, motivações e resultados escolares.

“A educação é uma questão de direitos humanos e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos

os alunos.” (STAINBACK, 1999 P. 21) Ainda segundo o autor, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos em um ambiente educacional favorável (BRASIL, 1999, p.17).

Ainda nas reflexões do autor, ele comenta que embora os sistemas educacionais tenham a intenção de realizar intervenções pedagógicas que propiciem uma melhor educação a todos, a sociedade ainda não alcançou níveis de integração que favoreçam essa expectativa.

A inclusão de alunos com deficiência múltipla que apresentam necessidades educacionais acentuadas é um fato relativamente recente e novo na educação brasileira. Diante desse fato, é natural que a escola, educadores e pais se sintam receosos e apreensivos com relação à possibilidade de sucesso nessa tarefa. (BRASIL, 2006a). Por isso mesmo que as Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica determinam que os sistemas escolares devem se organizar para o atendimento na classe comum, mediante a elaboração de projetos pedagógicos orientados pela política da inclusão.

A Declaração mundial de educação para todos em seu (art. 1º), propõe uma educação destinada a satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento (BRASIL, 2006c, p.12).

A inclusão escolar é o processo pelo qual uma escola procede, permanentemente, à mudança de seu sistema, adaptando suas estruturas físicas e programáticas, suas metodologias e tecnologias capacitando continuamente seus profissionais ou sua comunidade escolar. A escola inclusiva oferece suportes aos alunos com necessidades especiais e professores capazes de responder às necessidades especiais e individuais do educandos. (SASSAK, apud GUIMARÃES 2002, p.17) Portanto a inclusão é um processo complexo que configura diferentes dimensões: ideológica, sociocultural, política e econômica. Nesse contexto, (BRASIL, 2006c) ressalta que:

a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano: o coletivo, a escola e a classe comum, onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social. (BRASIL, 2006c, p.14-15).

Assim, todos os sistemas de educação, independentemente do contexto político, social, cultural e econômico devem seguir incorporando em suas agendas mecanismos para ir avançando para práticas mais inclusivas e aqueles que estão avançando nessas práticas de educação inclusiva está eliminando barreiras que conduzem a processos de exclusão. Nesse contexto a inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. (BRASIL, 2010a p.17). Neste sentido, concorda com a APAE, como instituição de defesa dos direitos da pessoa com deficiência tem o dever de se comprometer e de contribuir com a construção da educação inclusiva neste país. Esse serviço é necessário e fundamental para a inclusão social. E também sem o acesso à escola, dificilmente as pessoas com deficiência intelectual e múltipla conseguirão exercer a sua cidadania com plenitude. (FEAPAEs MG,2007). Por fim, as APAES podem disponibilizar seus esforços, sua experiência e recursos para a construção de uma educação que não segregue, rotule e que não discrimine, mas que trate as pessoas em sua singularidade, com respeito e dignidade, como prevê a legislação.

2.1.4 As Artes Visuais a serviço da educação

A experiência estética, os fazeres artísticos tem feito parte da vida cotidiana do homem na construção de cultura, desde os primórdios, quando começou a cantar, dançar, deixar marcas gráficas nos desenhos e pinturas nas cavernas e em outros espaços. (ANAIS, 2001, p. 45).

Nas reflexões do autor, tais produções caracterizam-se por sua permanência no mundo e pela capacidade de comunicar que atravessa o tempo alcançando povos e pessoas de lugares e modos de organização social tão diferente.

Por esse motivo, pode se afirmar que a importância da Arte na formação de crianças, jovens e adultos na educação geral e escolar está ligada à “função indispensável que a Arte ocupa na vida das pessoas e na sociedade desde os primeiros tempos da civilização, o que a torna um dos fatores essenciais de humanização” (FERRAZ & FUSARI, 1993, p.16 apud ANAIS, 2001, p.45)

O conceito de Arte tem se modificado ao longo da história da humanidade, dependendo dos instrumentos de que o homem dispõe e, ainda, da maneira como se organiza socialmente, produz cultura e se expressa. (BRASIL, 2006b). A Arte existe desde os primeiros indícios do desenvolvimento do homem, inicialmente utilizada para suprir necessidades de sobrevivência, como utensílios de cozinha e inscrições em cavernas. A designação do termo Arte vem do

latim *Ars*, que significa habilidade. Apesar das modificações que a arte sofreu nesses períodos, continuou com o mesmo padrão estrutural de quando foi introduzida no Brasil no início do século XIX, por D. João VI. Só nas décadas de 60 e 70 passou a fazer parte das propostas institucionais. Uma vez que a criança passou a ser o foco do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, o ensino da Arte acompanhou timidamente esta tendência, passando a valorizar mais a expressão, mais o processo do que o produto. A Arte tem ocupado um outro espaço secundário, a serviço de outras disciplinas ou conteúdos de caráter mais cognitivo.

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentidos a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio de organizações diversas como: linhas, formas, pontos, tanto bidimensional como tridimensional, além de volume, espaço, cor, e luz na pintura, no desenho e na gravura entre outros. A integração destes e os diversos aspectos sensíveis promovem a interação e comunicação social o que conferem caráter significativos às Artes Visuais. (BRASIL, 1998, p.85)

A Arte na Educação Especial teve importante marco, no Brasil, a partir das ideias da educadora russa Helena Antipoff e do Movimento Escolinhas de Arte – movimento este que se difundiu no Brasil a partir da criação da Escolinha de Arte do Brasil, em 1948, no Rio de Janeiro, pelo artista Augusto Rodrigues, a professora de arte Lúcia Valentin e pela escultora norte-americana Margareth Spencer, que incluía, no ensino de arte, as pessoas com necessidades educacionais especiais.(BRASIL, 2002 p.7) o autor ressalta que no contexto da Educação para pessoas com necessidades educacionais especiais no país, a Arte está presente também nas APAES,- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Sociedades Pestalozzi e outras entidades congêneres e experiências pontuais na educação e na cultura do Brasil.

O que se defende hoje é que as instituições educativas – sejam elas de que nível for – possam ser espaços de participação, respeito, troca, socialização e aprendizagens diversas, que contribuam para a formação de sujeitos integrais, críticos, autores e autônomos. Espaços de múltiplas linguagens e expressões, espaços privilegiados de apropriação e produção cultural de adultos e crianças. (BRASIL, 2006b p.28)

Assim, o desafio é não diminuir a Arte e não transformá-la numa outra coisa, mas trazê-la para dialogar com instituições escolares, contribuindo para torná-las espaços mais humanizados cheios de autorias e expressividade. (BRASIL, 2006b p.28). Ela vem abrir as portas e janelas das instituições educacionais para mostrar a vida de outra forma – estética e poética – e favorecer o transbordamento das múltiplas linguagens da criança, favorecendo o

acesso e estimulando as diferentes formas de expressão artística, aqui, mais especificamente, visual.

O autor ressalta que as creches, pré-escolas e escolas, são espaços privilegiados de apropriação de conhecimento, onde o educando com necessidades educativas especiais tenha oportunidade de acesso a livros, imagens, filmes, fotografias, cenários naturais, pinturas, colagens, esculturas, formas arquitetônicas e desenhos diversos. Deve também, estimular que desenhem, pintem, colem, recortem, modelem, construam com sucata, experimentando materiais diversos, de acordo com suas capacidades, tentando sempre que for possível, transformando mais uma vez a qualquer hora que tenham necessidade e desejo, tendo respeitados seu tempo de criação e, especialmente, seu produto como uma linguagem visual autoral e singular.

De acordo com (BRASIL, 2002 p.12) tendo como base a Constituição Federal (1988) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) em seu Artigo 26, parágrafo 2º- “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.” Na visão de (BRASIL, 2002) as ações norteadoras para a Arte e a Inclusão tanto em âmbito da Educação escolar quanto nos projetos e programas desenvolvidos fora do ambiente escolar, tem como princípios o respeito às diferenças e a interculturalidade. Pois, nessa forma de pensar, “Cada pessoa é única, com características físicas, mentais, sensoriais, afetivas e cognitivas diferenciadas”. Portanto, “há necessidade de se respeitar e de se valorizar a diversidade e a singularidade de cada ser humano”.

Ao fazer e conhecer arte o aluno percorre trajetórias de aprendizagem que propiciam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo. Além disso, desenvolvem potencialidades (como percepção, observação, imaginação e sensibilidade) que podem alicerçar a consciência do seu lugar no mundo e também contribuem inegavelmente para sua apreensão significativa dos conteúdos das outras disciplinas do currículo. (BRASIL, 1997, p.32).

Nesse sentido, o ensino da arte assegura, além de produção artística por parte do aluno, a formação de público/leitor sensível, aberto ao conhecimento da diversidade de realizações em arte à qual possa ter acesso. (BRASIL, 2002, p. 14). Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, o aluno que conhece arte pode estabelecer uma relação mais ampla quando estuda um determinado período histórico, bem como ao exercitar sua imaginação, estará mais

habilitado a construir um texto e a desenvolver estratégias pessoais para resolver um problema matemático. (BRASIL, 1997, p. 19). A linguagem visual envolve um universo amplo de modos de expressão, no qual esse conhecimento torna-se condição fundamental para o desenvolvimento, a formação e a inclusão do cidadão. Além disso, segundo as reflexões no (ANAIS, 2001, p.47), “o exercício da linguagem artística oferece um vasto campo de expressão para todas as pessoas, o que pode possibilitar a superação de dificuldades e limitações que, a princípio, se mostrem desafiadoras”.

Na visão da APAE de Bauru, São Paulo, 2011, p 30, A arte vista como uma linguagem que expressa à alma humana faz parte da produção cultural que acontece continuamente em uma sociedade, ou seja, transmite as impressões e sensações reais que determinada sociedade elabora a respeito de si própria e do mundo em seu entorno. Assim a arte permite aos alunos da educação de Jovens e Adultos a compreensão vivencial, real e atualizada dos valores sociais. Tendo como objetivos desenvolver o pensamento criativo; solucionar desafios, estimular o estilo próprio de cada aluno, a produtividade, os talentos e noções de ocupação. Ainda nesse contexto, as estratégias são diversificadas de acordo com o tema central de cada turma. Trabalho de coleta, limpeza seleção, armazenamento de sucatas; misturas de materiais que possibilitem a produção de massinhas, novas cores e novas texturas; técnicas de pinturas, modelagem, montagens com mosaicos, confecção de murais; decoração de ambientes para realização de auditórios mensais da APAE e desenho livre.

Segundo o autor citado anteriormente, “as crianças, trabalhando com as mãos, aprendem a conhecer o mundo”. Manipulando, modificando, construindo, observando e criando através da atividade lúdica conseguem se expressar. (BRASIL, 2002, p 7) ressalta que nas APAEs, a realização de um trabalho sistemático em Arte, houve respaldo em estudos, pesquisas e reflexões sobre a prática pedagógica, nesses contextos permitiram que o Estado de São Paulo tivesse um papel pioneiro na realização de Festivais de Arte-Educação. A partir de então, foram criadas e sistematizadas as Coordenadorias Estaduais e Locais de Arte, ampliou-se mobilizações internacionais em favor da inclusão, e dos resultados obtidos nos vários projetos de Arte na Educação.

Segundo Sousa (2003 apud FEDERAÇÃO, p. 40), a educação pela arte proporciona a todos, um vasto leque de vivências simbólicas e emocionais, que contribuem de modo muito especial, não só para o desenvolvimento afetivo-emocional e intelectual do aluno, como também permitem colocar em ação toda uma série de mecanismos psicológicos de defesa que robustecem o aluno na sua luta contra as frustrações e conflitos da vida.

A educação pela arte utiliza, sobretudo, os princípios da espontaneidade, da atividade, do ludismo, da criação e da expressividade, em todas as áreas artísticas: expressão musical, expressão dramática, expressão dançada, expressão verbal, expressão plástica, expressão literária, entre outras. O ensino das Artes nas escolas especiais das APAEs, são oferecidas na dimensão educativa, compreendendo os aspectos da linguagem em sua abordagem mais lúdica, integrativa, de apropriação do corpo, do movimento e são oferecidas às pessoas em seu percurso escolar, tendo-se em vista que essas linguagens são necessárias ao processo de aprendizagem e ao desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. As Artes Visuais, na educação de jovens e adultos, procura-se ampliar os meios de apreensão, de compreensão e de representação do mundo desses alunos, “alfabetizando-os” na linguagem visual nas mais variadas formas de leitura de imagens.

Como se pode perceber, na visão de (BRASIL, 2002, p. 17) qualquer construção em qualquer das categorias dessa linguagem pressupõe conhecimento, assim, a arte propicia o desenvolvimento do pensamento e outras habilidades. “O ensino da Arte, e nele, das Artes Visuais, contribui de modo relevante nessa formação ao assegurar o espaço sistematizado de construção do conhecimento”. Conforme (BRASIL, 1998, p.85) “As Artes Visuais são linguagens e, portanto, uma das formas importantes de expressão e comunicação humanas, o que, por si só, justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral”. Portanto, quando uma pessoa pinta, desenha ou cria escultura, organiza espaços, define forma, entre outras práticas, produz artisticamente. Assim, (BRASIL, 2002, p.17-18) ressalta que a ação educativa no ensino das Artes Visuais, está em consonância às concepções de Educação, Arte e Inclusão.

2.1.5 Adaptação curricular

Com a atual política educacional, espera-se que se comprometa com a formação do cidadão seja ele quem for independente de qualquer condição. A legislação vigente resguarda-lhe esse direito, uma vez que se depreende a importância da educação escolar no exercício da sua cidadania que implica a efetiva participação da pessoa na vida social resguardado a sua dignidade, a igualdade de direitos, o respeito e a solidariedade afastados de qualquer tipo de discriminação. (BRASIL1999, p. 15).

Assim é necessário que esse cidadão tenha oportunidades para desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimentos e no exercício da cidadania. Para isso as adaptações curriculares visam adequar o currículo às necessidades especiais dos alunos. Contando com alterações significativas nos conteúdos, procedimentos didáticos e avaliativos, de modo a possibilitar que atinjam os objetivos definidos para cada etapa educativa.

Segundo (CARVALHO, 2000, p. 98) A escolarização das pessoas com deficiência múltipla é influenciada por suas condições pessoais e por diversos outros aspectos. Assim precisa levar em conta as potencialidades e habilidades adaptativas do aluno, considerando as limitações impostas por suas deficiências, seu estado de saúde e vigor físico, bem como as condições cognitivas, sensoriais, socioafetivas, emocionais e mentais. Nesse contexto, a proposta pedagógica da escola, o currículo escolar, o apoio familiar e os atendimentos especializados complementares são decisivos para que os educandos possam alcançar os objetivos.

“O conceito de currículo é difícil de estabelecer, em face dos diversos ângulos envolvidos.” Uma vez que ele associa à própria identidade da instituição escolar. Ainda assim o autor diz que nessa concepção, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola onde viabiliza toda a sua operacionalização, orienta as atividades educativas, as formas de executá-las, enfim, é visto como um guia a respeito do quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar. (BRASIL, 1999, p.31).

A elaboração de sua proposta pedagógica deve admitir a diversidade da população estudantil e adotar uma forma de organização que crie condições de acesso, permanência e sucesso para todos os seus integrantes. Nesta linha de pensamento, a adequação curricular é proposta pela escola de forma a atender às potencialidades e necessidades discentes. Essas adequações curriculares têm como base o currículo regular e algumas delas, podem ser facilmente realizados pelo professor no planejamento normal das atividades docentes, com ajustes dentro do contexto normal da sala de aula, entre elas, as providências para propiciar condições físicas, ambientais e materiais para o aluno na escola; respeito ao ritmo próprio do aluno para a realização do curso, a execução das atividades, o cumprimento dos objetivos e dos conteúdos curriculares.

Em algumas circunstâncias alguns alunos não conseguem atingir seus objetivos, necessitando de adaptações e conteúdos curriculares de caráter mais funcional, o que exige um currículo

especial. Comumente envolvem atividades relacionadas ao desenvolvimento de habilidades básicas; à consciência de si, aos cuidados pessoais e de vida diária entre outros. Nesse contexto, esses currículos são conhecidos como funcionais e ecológicos e sua organização não leva em conta as aprendizagens acadêmicas que o aluno revelar impossibilidade de alcançar. (BRASIL, 1999, p.53)

Em escolas especializadas, esse trabalho é conduzido por profissionais capacitados.

As alternativas escolares para os adolescentes com múltipla deficiência estendem-se, portanto, de possibilidades mais integradoras – como as classes comuns do ensino regular – às classes especiais, que possibilitam parcial integração e, ainda, às escolas especializadas, muitas vezes criticadas por constituírem um ambiente socialmente restritivo. O que se espera é que os sistemas educacionais evoluam para uma condição ideal em que todos os alunos sejam adequadamente atendidos, tendo consideradas suas particularidades individuais. (CARVALHO, 2000, p. 102)

... os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de saúde, trabalho e assistência social. (BRASIL, 2001, art.10, p.3)

O que importa é que “a escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos”. (BRASIL, 1999, p.31)

Pensando por esse ângulo, a escola especial não deve ser entendida como segregadora, como ambiente restritivo, mas inclusiva, uma vez que busca oferecer ao seu alunado um processo de aprendizagem condizente com as suas necessidades, dando-lhe oportunidade de aprender e de participar de todo o processo de ensino e aprendizagem com vistas ao desenvolvimento da autogestão e autodefesa para o exercício da cidadania. Assim é reconhecida a educação especial, segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), quando fala de necessidades educacionais especiais, uma vez que enfatizam como a escola pode compensar as dificuldades do aluno/a enfocando suas possibilidades em interação com a condição educacional que lhe é oferecida. (FEAPAEs MG). Pois, quando criança com deficiência múltipla, as atividades a serem desenvolvidas com elas devem contemplar o

desenvolvimento global e focalizar os conteúdos regulares destinados às demais crianças de sua faixa etária. Nesse contexto seguem as mesmas ideias com outras que apresenta deficiências múltiplas associadas à física, é fundamental, entretanto, que o professor tenha conhecimento sobre o desenvolvimento neuropsicomotor da criança, as alterações orgânicas associadas e as características específicas da deficiência física, para propiciar à criança educação de qualidade. (CARVALHO, 2000)

O que se pretende é a busca de solução para atender as necessidades específicas do aluno e, não o fracasso. O que se almeja, é a inclusão do mesmo. É importante observar que as adaptações focalizam as capacidades, o potencial e não centralizam nas deficiências (BRASIL, 1999, p. 38)

Seja qual forem as alterações realizadas nos currículos para os alunos com deficiências múltiplas, as adaptações de acesso devem considerar as deficiências que apresentam distintamente e associação de deficiências agrupadas, como é o caso de deficiência física e intelectual. Portanto as adaptações devem contemplar a funcionalidade e as condições individuais do aluno como: ambiente de aula que favoreça a aprendizagem: ateliê, cantinhos, oficinas; acesso à atenção do professor; materiais de aula, mostrar objetos, entregá-los, brincar com eles de modo que estimule a forma como usá-los. (BRASIL, 1999, p. 48)

Segundo o autor mencionado “essas medidas adaptativas focalizam a diversidade da população escolar e pressupõe que o tratamento diferenciado pode significar, para os alunos que necessitam igualdade de oportunidades educacionais”. No entanto, a flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes quando os sistemas educacionais revelam dificuldades para atender às necessidades especiais dos alunos.

As APAES têm vasta experiência no campo da educação especial para alunos com deficiência, além de profissionais capacitados, tanto no atendimento escolar, quanto em outras áreas como, promoção da saúde, entre outros; contam também com ambientes equipados para dar suporte às necessidades específicas dos mesmos que chegam às suas escolas e têm em seus quadros profissionais competentes e experientes.

2.2 Metodologia:

Esta pesquisa foi realizada por meio de um estudo consistente, utilizando uma ampla pesquisa bibliográfica em um vasto referencial teórico bem conceituado que pudesse responder aos anseios de muitos profissionais não só da educação, mas de outros segmentos que muitas vezes tem a sua frente, alunos com deficiências múltiplas e nem sempre encontram literaturas

para consultar principalmente relacionada a Artes.

É uma pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-concebidos. Baseado num enfoque qualitativo de caráter exploratório, ou seja, estimula os envolvidos a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

Utilizou-se o site do MEC - Ministério da Educação e Cultura, indicados o tema proposto. Também foram realizadas observações de alunos com essas necessidades (deficientes múltiplos) do EJA-Educação de Jovens e Adultos em atividades práticas nas aulas de artes visuais, no cotidiano escolar.

Durante um longo período, as aulas envolvendo artes foram acompanhadas, observadas e até praticadas em conjunto com a turma nos momentos em que se trabalhava com maquiagem ou pintura de rosto nas apresentações teatrais, ou para exposições nos festivais de artes. Neste momento, os alunos eram questionados quanto ao sentimento de estar ali, se preparando para apresentar para um público desconhecido e em grande número. As respostas eram as mesmas de qualquer outra pessoa nessa situação: nervoso, medo, frio na barriga e insegurança. Depois das apresentações, vinha o alívio de ter conseguido e a satisfação de ter sido notado por tanta gente e reconhecido pelo seu trabalho através dos elogios dispensados a eles. Nas atividades manuais como desenhos, pinturas, recortes e colagens, os alunos tem a possibilidade de construir de forma livre ou orientada, começando com rabiscos espontâneos dando forma às suas criações, usando das cores escolhida por eles. Ao término do trabalho, eram questionados quanto as suas realizações, e no estante, para aqueles que podiam verbalizar, muitas vezes era expressa a sua vivência em família, boas ou ruins, com expressões alegres ou tristes. Para aqueles que não podiam falar, eram observada suas expressões que foram fotografadas como registros de sua satisfação em estar praticando uma atividade de construção como qualquer um outro aluno não deficiente no ambiente escolar. Inúmeras vezes o aluno fez o seu professor se emocionar quando apresentava algo mesmo que simples como um risco, um círculo ou um quadrado rabiscado em um papel. A partir de então o professor iniciava um trabalho com a escrita. Pois, percebia que esses riscos, pontos ou desenhos, poderiam transformar facilmente em uma escrita.

2.3 Análise dos fatos

O referido projeto foi relevante para compreender a importância da Arte como instrumento funcional e suas contribuições para a formação e desenvolvimento da Pessoa com Deficiências Múltiplas no processo inclusivo. As Artes Visuais estão presentes no cotidiano do ser humano desde a infância, no início do processo educacional ou não, ao rabiscar e desenhar no chão, na areia e nos muros. Ao utilizar materiais como gravetos, pedras e carvão, ao pintar os objetos e até mesmo o próprio corpo a criança utiliza-se das artes visuais para expressar experiências sensíveis. Pode-se perceber tal fato mediante a análise feita durante as observações realizadas em sala de aula na turma do EJA – Educação de Jovens e Adultos frente às diversas atividades propostas. Os motivos que incitavam a desenvolver os trabalhos eram os mais diversos como um passeio na praça da cidade ou a um evento cultural, depois de assistir a um vídeo ou depois da hora do conto e/ou ao participar de um auditório temático os mesmos eram solicitados que representar através de desenhos aquilo que mais o chamou atenção. Bastaria oportunizá-los com os instrumentos de trabalhos (lápiz, giz-cera, pinceis, tintas, papéis, sementes, cordões, linhas, tecidos, jornais entre vários tantos outros) e orientações para que suas imaginações pudessem aflorar e assim produzir trabalhos criativos. As atividades eram inúmeras e diversificadas como enfiagens, pinturas em panos de pratos, trabalhos com tapeçarias, lembrancinhas para enfeites de mesa, sucatas, construção de murais e outros. Todas as ações citadas é o ponto de partida, para o desenvolvimento estético e artístico que se torna um ato simbólico. Os símbolos representam o mundo a partir das relações que a criança estabelece consigo mesma, com as outras pessoas, com a imaginação e com a cultura. O mais importante, é que o aluno começa também a valorizar sua produção, descobre e amplia suas possibilidades reconhecendo seu espaço e respeitando o do seu colega nas suas semelhanças e diferenças, na sua maneira de ser e de fazer. Além de apresentações importantes locais e regionais, dentro das Instituições – APAEs, são desenvolvidos trabalhos diversos que envolvem Artes, pois tal como a música, teatro ou outros, as Artes Visuais são linguagens e, portanto formas importantes de expressão e comunicação. A Arte, é também um dos eixos educacionais fundamentais nas APAEs, assim como outras disciplinas para todos os alunos, inclusive os do EJA da Escola Especial Raio de Luz – APAE de Arinos.

A Federação Nacional das APAEs realiza a cada dois anos, o Festival Nacional Nossa Arte de reconhecida qualidade artística e educacional, para chegar até esse evento, é preciso a realização local, estadual, só depois se classificado, irá para o Nacional. Portanto, a Arte é um conteúdo de peso nessas Instituições.

Ao realizar cada fase das atividades propostas, os alunos manifestavam muita alegria e

sentimento de pertencer a um grupo social chamado “comunidade escolar” e é através dessa comunidade que seus fazeres são reconhecidos, avaliados e muito elogiados por mais simples que for. Os professores observaram de perto, os esforços de cada um experimentando, errando, enfrentando desafios e superando barreiras. Pois a Arte propicia um campo rico de experimentações, aberto às novas composições que propõe olhares diferenciados sobre pontos relevantes como a eliminação de barreiras arquitetônicas, de comunicação e as comportamentais. Mesmo com as diversas adaptações realizadas em ambientes diversos, seus trabalhos possibilitaram desenvolver o conhecimento de si, do seu corpo e do mundo ao seu redor.

As Artes Visuais foi concebida como instrumentos funcionais para o desenvolvimento das pessoas com deficiências, quando entende-se que todas as atividades aqui descritas consolidam como mecanismos importantes que contribuem tanto para a educação como para inclusão escolar e social das pessoas com deficiências múltiplas.

3. CONCLUSÃO

Ao relacionarmos as pesquisas realizadas com as observações cotidianas, o presente trabalho pode esclarecer que enquanto profissionais da educação essa atividade de busca do conhecimento, (pesquisas) terá que ser uma constante na vida de qualquer pessoa que pretende contribuir com uma educação de qualidade para todos sem preconceito e discriminação. Inicialmente o trabalho comenta sobre as deficiências, suas raízes históricas e educação dos mesmos. Os quais já se passaram séculos, no entanto esses conceitos ainda são desconhecidos por muitos, principalmente quando se trata de deficiências múltiplas e da escola especial. Ainda há um grande desconhecimento a cerca desses assuntos. Fala-se muito da escola inclusiva, mas, em muitas localidades ainda há poucos registros de matrículas de pessoas com deficiências múltiplas incluídas nas redes regulares de ensino. Pelo que entendi até mesmo as literaturas relacionadas ao tema, são em pequenas quantidades. Em diversas regiões, apesar das críticas como segregadoras e restritivas, são as APAEs, que acolhe esse público tão excluídos não só do contexto educacional comum como também do meio social. O que pode se afirmar com as pesquisas é que essas pessoas têm direitos a receber uma educação de qualidade e com equidade. Isso está muito claro no papel, mas na realidade, e nos atendimentos realizados nas APAEs, o que se encontra são seres humanos com deficiências múltiplas, sedentos de aprendizagens com muitas potencialidades expressadas em suas atividades artísticas do dia a

dia.

Com isso, percebe-se que o trabalho com Arte nas escolas especiais, deve ser trabalhado com base no currículo comum, mediante adaptações e respeitando as potencialidades, possibilidade e capacidades de cada um. Esse trabalho tem muita relevância, uma vez que as dúvidas e angústias de muitos educadores são as mesmas. Sugere-se apenas que não desanime diante do novo, ao contrário, são desafios que devem ser superados.

Diante do exposto, conclui-se que os objetivos desse trabalho foram alcançados, a medida que compreende-se que não há receita pronta de como fazer, há meios para buscar compreender o desenvolvimento da pessoa com deficiência, seu desejos e sentimentos que muitas vezes podem ser expressados por meio da Arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANAIS, **Congresso Nacional Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e o novo: I Forum Nacional das APAEs e o novo milênio: passaporte para a cidadania.** Brasília: Federação da APAEs, 2001.

BARBOSA, Ana Mae. **Dewey e o ensino da Arte no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.

_____ Alice Fátima Martins/Conceição Maria Viégas/Fernando Azevedo/ José Luiz Mazzaro/Ritamaria Aguiar/ Roberta Puccetti **Estratégias e orientações sobre artes Respondendo com Arte às necessidades especiais** Brasília - 2002

_____ **Deficiência Física / Carolina R. Schirmer...** [et al.]. - São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 130p. (Atendimento educacional especializado).

_____ **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica/**Secretaria de Educação Especial- MEC; SEESP, 79p. 2001

_____ **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla.** [4. ed.] / elaboração prof^a Ana Maria de Godói – Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006a. 58 p.: il.

_____ **Livro de estudo: Módulo IV /** Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. – Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006b. 76p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 5) <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012797.pdf> acessado em 23/10/2014.

_____ **Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : introdução.** [4. ed.] / elaboração Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006c. 45 p. : il.

_____ **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência múltipla** vol. 1 e 2 fascículos i – ii – iii / Erenice Natália Soares de

Carvalho. BRASÍLIA: Ministério da Educação, E secretaria de Educação Especial, 2000.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, art. 8º, Item V. Institui **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>>. Acesso em: 29 outubro. 2014.

_____. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. MEC - Brasília : Secretaria de Educação Especial, - 2010. 72 p.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria De Educação Fundamental . Referencial Curricular Nacional para a educação infantil/Fundamental, V. 3 - Brasília: MEC/SEF, 1998, 269p.**

_____. **Inclusão: Revista da Educação Especial. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma Educação inclusiva** - Anabel Moriña Díez . Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v.5, n.1, p. 1-76, jan/jul. 2010a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais Em Arte**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>> acesso em 14 de setembro de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEESP .**Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** . Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> acesso em 14 de setembro de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão. Estratégias para A Educação De Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>> acesso em 14 de setembro de 2014.

MAHONEY, A. A., ALMEIDA, L. R. (Org.). Henri Wallon: Psicologia e Educação. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

PORTAL MEC , Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Mental. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf> acesso em 18 de outubro de 2014.

PORTAL MEC. Revista Inclusão. Disponível em <http://Portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistoinclusao2pdf>> acesso em 15 de junho de 2014.

PORTAL DOMINIO PUBLICO. Biblioteca Digital Desenvolvida em Software livre. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=4444> acesso em 14 de setembro de 2014.

PORTAL MEC , Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Mental. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf> acesso em 14 de setembro de 2014.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

VIGOTSKY, L. S. Fundamentos de defectologia. In: Obras Completas. Havana: Editorial Pueblo Y Educacion, Tomo V, 1995.

WALLON, H. As Origens do pensamento na criança. São Paulo: Editora Manole: 1945 1989.

APÊNDICE

APÊNDICE - A



Figura 1: Aluno fazendo uma peça para tapete - tapeçaria

Fonte: arquivo pessoal



Figura 2: Aluno fazendo canudinho com jornal para montar uma cesta.

Fonte: arquivo pessoal

APÊNDICE - B

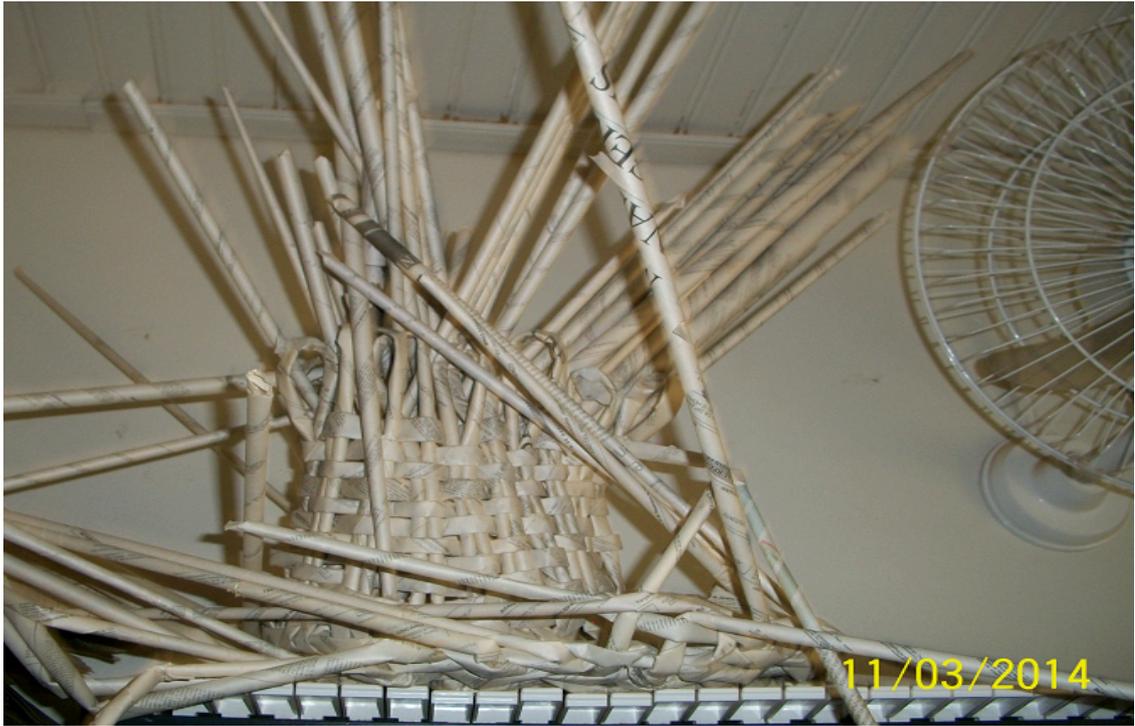


Figura 3 : iniciando uma cesta com canudinho de jornal

Fonte: arquivo pessoal



Figura 4: Aluna fazendo colagem e mosaico



Figura 5: Quadro todo em mosaico

Fonte: arquivo pessoal

APÊNDICE: C



Figura 6: Aluno fazendo colagem, trabalho em mosaico

Fonte: arquivo pessoal



Figuras 7,8: Ilustra um dos trabalhos com pintura de rosto para uma participação em um evento muito importante na APAE de Arinos cujo assunto é um SEMINÁRIO REGIONAL DE INCLUSÃO onde reúne todos os profissionais da educação do município e região. Esse número foi para o festival estadual de artes.

Fonte: arquivo pessoal

APÊNDICE: D



Figuras 9, 10: Aqui com adaptação (papel colado no chão com durex ou mesa com suporte regulador) ele usa os recursos que pode: com seu pé escreve, em sala de aula mostra sua criação e pinta. Orgulhoso apresenta seu trabalho.

Fonte: arquivo pessoal



Figura 13: Alunos visitam evento cultural no aniversário da cidade.

Fonte: arquivo pessoal

